

CONTRATO DE COMODATO Nº 0232399001

Pelo presente instrumento particular, de um lado a EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - EMURB, com sede nesta Capital à Rua São Bento nº 405, 16º andar, inscrita no CGC/MF sob nº 43.336.288/0001-82, representada neste ato por seu Presidente, Reynaldo Emygdio de Barros e por seu Diretor Administrativo, Fernando Kurkdjibachian, doravante designada apenas COMODANTE e, de outro lado, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, representada neste ato pela SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, através do Dr. Edevaldo Alves da Silva, Secretário do Governo Municipal, doravante designada apenas COMODATÁRIA, têm entre si ajustada a celebração do presente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. A COMODANTE, na condição de proprietária e legítima possuidora do imóvel localizado à Rua Dr. Barcelar, 20, Vila Clementino, nesta capital, adquirido da Prefeitura do Município de São Paulo, a título de integralização de capital, aquisição essa devidamente registrada sob nº 116.487, à fls. 127, do livro 3-C.O., em 26 de abril de 1973, no Cartório de Registro de Imóveis da 14ª Circunscrição desta cidade, consistente de uma área de terreno de 901,80 m² (novecentos e um metros e oitenta decímetros quadrados), com benfeitorias.
- 1.2. A EMURB concede à COMODATÁRIA a permissão para o uso em caráter precário, gratuito e intransferível a terceiros da área de 389,80 m² (trezentos e oitenta e nove metros e oitenta decímetros quadrados), bem como benfeitoria ali construída pela própria EMURB (croqui nº 125).
- 1.3. Fica a COMODATÁRIA obrigada a usar o imóvel objeto do presente como área destinada à utilização da Coordenadoria Especial da Mulher, criada pelos Decretos nºs 21.980, de 06 de março de 1986 e 28.245, de 10 de novembro de 1989, consolidados pela Lei nº 11.336, de 30 de dezembro de 1992, para os fins previstos no capítulo IV, da Lei Orgânica do município de São Paulo, que trata da promoção e assistência social.
- 1.4. Fica facultado à COMODANTE examinar ou vistoriar o imóvel cujo uso ora concede à COMODATÁRIA, respeitadas as limitações legais e as peculiaridades de uso.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

- 2.1. O presente comodato é concedido por prazo indeterminado, ficando reservado à COMODANTE o direito de revogá-lo a qualquer tempo, exigindo a restituição do imóvel livre e desembaraçado de pessoas e coisas, mediante simples notificação, dada por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CBACELAR

Pag. 1/3



EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - EMURB

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

3.1. A COMODATÁRIA obriga-se, sob sua inteira responsabilidade, a:

- 3.1.1. Responder pelo pagamento de todos e quaisquer impostos e taxas que venham a recair sobre o imóvel, resultantes da ocupação, mesmo as suas majorações durante o prazo do comodato, além dos que ora incidem, e ainda pelos pagamentos das tarifas de água, esgoto, e luz;
- 3.1.2. Não promover alterações no imóvel, além daquelas necessárias ao fim que se destinam, sem prévio e expresse consentimento da COMODANTE;
- 3.1.3. Responder pela limpeza e conservação do imóvel e zelar pelo mesmo, não permitindo que terceiros, alheios à sua ocupação, deles se apossem ou utilizem, dando conhecimento imediato à COMODANTE de qualquer turbacão que venha a ocorrer;
- 3.1.4. Restituir os imóveis, findo o prazo de comodato, ou por ocasião de sua revogação, limpos, livres e desimpedidos de pessoas e coisas, ficando acertado que as benfeitorias realizadas incorporar-se-lhe-ão, passando a ser de propriedade da COMODANTE, sem direito à retenção, não cabendo à COMODATÁRIA indenização de qualquer natureza;
- 3.1.5. Suportar eventuais danos ou prejuízos que venham a ser causados à COMODANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - NATUREZA

- 4.1. A não restituição do imóvel pela COMODATÁRIA, nas condições previstas no presente instrumento, caracterizará esbulho possessório e provocará a sua imediata retomada pela COMODANTE, através da medida judicial cabível.

CLÁUSULA QUINTA - PERMUTA

- 5.1. O imóvel, cujo uso a COMODANTE ora concede à COMODATÁRIA, poderá ser objeto de permuta por outros de propriedade da COMODATÁRIA, desde que os imóveis a lhe serem transferidos a título de permuta atendam aos seus interesses e preservem o seu patrimônio.

CLÁUSULA SEXTA - TRANSFERÊNCIA

- 6.1. Fica vedado à COMODATÁRIA a transferência ou cessão dos direitos e obrigações previstos neste instrumento, bem como o empréstimo do imóvel e a sua destinação além daquela prevista no subitem 1.3. .



EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - EMURB

CLÁUSULA SÉTIMA - OMISSÕES

7.1. Aos casos omissos neste instrumento aplicar-se-á o disposto no artigo 1.248 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

8.1. Para resolver e dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato fica eleito, desde já, com prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca da Capital de São Paulo.

E por estarem as partes de pleno acordo com todas condições estipuladas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas a seguir assinadas.

São Paulo, 03 de junho de 1996

Pela COMODANTE:


REYNALDO EMYGDIO DE BARROS
Presidente


FERNANDO KURKDJIBACHIAN
Diretor Administrativo

Pela COMODATÁRIA:


EDEVALDO ALVES DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

TESTEMUNHAS:

